Câmara Municipal de Óbidos		664
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÓBIDOS, REALIZADA NO DIA 25 de JULHO DE 2025

---Aos 25 dias do mês de julho do ano de 2025, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Óbidos com a presença de Filipe Miguel Alves Correia Daniel, Paulo Manuel Clemente Gonçalves, José Joaquim Simão Pereira, Ana Maria Ramos de Sousa, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis e Vítor Paulo Herculano Rodrigues, respetivamente Presidente e Vereadores.-----

---Encontrava-se ainda presente: Anabela Baptista - Consultora Jurídica.-----

---Faltou à reunião o Senhor Vereador Telmo de Sousa Félix, por se encontrar em período de gozo de férias.-----

---Pelas 09 horas e 30 minutos o Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, cumprimentou todos os presentes, tendo-se entrado de imediato no-----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

---Sendo pública esta reunião de Câmara, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 49.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, o Senhor Presidente da Câmara facultou a palavra aos munícipes que se encontravam no Salão Nobre para intervir:-----

---Apresentou-se o munícipe, **SENHOR JOSÉ JORGE SANTOS**, que cumprimentou todos os presentes e que se encontrava acompanhado por outros proprietários de moradias no Bom Sucesso Resort, representando não apenas os presentes, mas também os interesses de um grupo mais alargado de proprietários.-----

---Iniciou a sua intervenção cumprimentando todos presentes, manifestando, de seguida, a sua preocupação relativamente à receção definitiva das infraestruturas da urbanização. Referiu que a receção provisória ocorreu há cerca de 15 anos, sendo que, desde então, a mesma já deveria ter sido formalizada. No entanto, o processo tem-se arrastado ao longo dos anos sem que fosse conhecida uma justificação clara para tal atraso.-----

---Recordou que, em outubro do ano anterior, os serviços da Câmara Municipal estiveram no local, procederam ao levantamento das infraestruturas existentes e passados cerca de oito meses, os proprietários ainda não tinham conhecimento da existência de um relatório final, nem sabiam se tinham sido identificadas eventuais não conformidades ou necessidades de correção que pudessem condicionar a referida receção definitiva.-----

---Sublinhou ainda a vontade por parte do condomínio em acelerar o processo, bem como a existência de uma garantia bancária emitida pela entidade bancária ABANCA, passível de ser acionada para responder a eventuais obrigações pendentes.-----

---Concluiu questionando sobre o estado atual do processo relativo à receção definitiva das infraestruturas e também se o diálogo entre os serviços da Câmara e a administração do condomínio se mantinha ativo ou se tinha sido interrompido.-

Câmara Municipal de Óbidos		665
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---Interveio a munícipe, **SENHORA MARIA GORETTI**, também proprietária na referida urbanização, que recordou ter estado presente na reunião de Câmara de 21 de abril de 2025, tendo passado a citar uma afirmação do Senhor Vereador José Pereira, referindo-se aos contentores de lixo subterrâneos, mencionada na ata da referida reunião, onde este dizia que: “...*No entanto, face ao estado de degradação dos equipamentos existentes, alguns dos quais se encontravam em avançado processo de deterioração, seria necessário montar uma operação específica para resolver a situação e aí o condomínio teria que participar ...*”.-----

---Referiu ainda duas atas de reuniões de Câmara, uma de 2017 e outra de 2018, onde constava a situação da garantia bancária, onde a ABANCA não punha de parte a hipótese de financiar as obras desde que a Câmara Municipal de Óbidos garantisse que as mesmas eram suficientes para a receção das infraestruturas e que esta solicitou à Câmara Municipal uma vistoria para apurar as necessidades de correção, tendo, face à ausência de resposta, realizado esse levantamento de forma autónoma. Posteriormente, solicitou à Câmara a validação do mencionado levantamento e das obras necessárias, com vista à sua execução, não tendo obtido qualquer resposta.-----

---Por fim solicitou uma explicação para o porquê de na última ata ter sido dito que o condomínio teria de participar e questionou qual a base legal em que o Vereador José Pereira se vinculou para a sua afirmação. -----

---Mais disse que a situação do lixo era uma questão de saúde pública e questionou se existia um relatório concluído e se podiam avançar na questão.-----

---Usou da palavra a **SENHORA MANUELA SANTOS**, também proprietária na referida urbanização, apresentando-se como representante de um grupo significativo de proprietários, os quais contrataram apoio jurídico especializado para defender os seus legítimos interesses.-----

---Afirmou já ter estado presente em várias reuniões na Câmara Municipal de Óbidos, com os serviços de urbanismo, com o Senhor Vereador Telmo Félix, com o Senhor Presidente da Câmara e também em várias reuniões públicas para expor a situação que já se arrastava há muitos anos.-----

---Referiu que os proprietários consideravam a situação lesiva dos seus legítimos interesses, nomeadamente desde 2022, altura em que a Câmara Municipal de Óbidos reconheceu a existência de uma dívida relativa às quotas de condomínio referentes às frações que lhe pertenciam dentro do *resort*.-----

---Contudo, em vez de proceder ao seu pagamento, a Câmara Municipal optou por um mecanismo de encontro de contas, tentando assim compensar valores com alegadas dívidas da administração do condomínio BS Villas e suas antecessoras, entidades juridicamente distintas, numa tentativa de triangulação entre partes que não eram equivalentes, nem juridicamente substituíveis.-----

---Acrescia que, embora a Câmara já tenha vendido as frações em causa, essa alienação ocorreu sem que as quotas de condomínio em dívida fossem regularizadas, como seria exigível.-----

Câmara Municipal de Óbidos		666
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---Segundo a versão apresentada pela BS Villas, a administração não teria tido conhecimento da venda atempadamente por se tratar de um processo judicial e segundo o que foi dito pela própria Câmara Municipal, foi feito um aviso formal à BS Villas acerca da intenção de venda, estando-se assim perante uma contradição grave de versões entre duas entidades que, em última análise, resultou na não cobrança das quotas em dívida e num prejuízo direto para o condomínio e para os seus proprietários que ascendia a cento e quarenta e três mil euros.-----

---Sublinhou como especialmente grave o facto de, desde novembro de 2008, não ter sido feita a receção definitiva das infraestruturas do empreendimento, o que impedia que a Câmara assumisse os serviços que lhe competia nos termos do contrato de urbanização e do acordo de cooperação assinados em 18 de julho de 2006, mais concretamente quanto aos serviços de manutenção da rede de saneamento doméstico e tratamento de afluentes, manutenção da rede de drenagem e águas pluviais, recolha de resíduos sólidos urbanos, manutenção da rede de distribuição de água para consumo e fornecimento de água para consumo.-----

---Na ausência da receção definitiva das infraestruturas, quem tem suportado os custos daquelas obrigações públicas têm sido exclusivamente os proprietários, sobre os quais ainda recaía o agravamento adicional de uma taxa de doze por cento cobrada pela BS Villas sobre esses mesmos custos, ao abrigo do seu contrato de gestão.-----

---Foram enviados dezenas de email's, foram feitas múltiplas reuniões e ouviram sempre a promessa de que estavam a analisar, iam responder em breve ou que estavam a estudar uma solução, mas a verdade é que se passavam anos, pelo que deixava uma última reflexão para a situação.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, agradeceu as intervenções e afirmou estar sensibilizado com a situação do Resort Bom Sucesso, estando comprometido a encontrar a melhor solução possível.-----

---Explicou que a receção definitiva tem sido adiada por diversos fatores, incluindo alterações internas e a entrada de uma nova administração em 2022.-----

---Confirmou a existência de um relatório final, produzido na sequência da vistoria mais recente, que seria enviado brevemente.-----

---Informou ainda que será feita uma comunicação formal, concedendo-se um prazo de sessenta dias para a resolução de eventuais patologias, findo o qual, caso não fossem feitas as devidas correções, a Câmara ativaria a garantia bancária.-----

---Esclareceu que não houve qualquer quebra de diálogo com a administração do condomínio e que seria agendada uma reunião para discussão do relatório técnico.-----

---**O SENHOR JOSÉ JORGE SANTOS**, agradeceu a resposta e questionou se esse relatório seria entregue em breve e se, do que leu do relatório, existia ou não

Câmara Municipal de Óbidos		667
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

dificuldade por parte do condomínio para rapidamente se receber a receção definitiva.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, confirmou que o relatório seria entregue, indicando que as anomalias detetadas eram pontuais e de fácil resolução.-----

---Observou, no entanto, que algumas situações decorriam da antiguidade do projeto, exigindo atualizações em conformidade com a legislação vigente.-----

---Disse que tem havido dificuldade no reconhecimento da dívida mas que, enquanto Presidente da Câmara, tinha de gerir com responsabilidade os dinheiros públicos e, como tal, precisava de garantias jurídicas sólidas antes de proceder a qualquer pagamento. Afirmou que não existia objeção ao pagamento, mas que era necessário resolver a situação com segurança jurídica.-----

---Relativamente à afirmação do Senhor Vereador José Pereira sobre a responsabilidade do condomínio, reiterou que a não execução das intervenções por parte do promotor, implicaria a ativação da garantia.-----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, tomou a palavra para esclarecer que, no dia 17 de março, os serviços técnicos da Câmara e as operadoras responsáveis pela recolha de resíduos sólidos visitaram as sete ilhas de contentores subterrâneos do resort, tendo ele próprio estado no local nessa visita.-----

---Informou que apenas quatro ilhas puderam ser abertas e que a presença de água, corrosão e falta de condições de segurança nas restantes, impossibilitava a recolha pelos operadores.-----

---Mencionou que a questão das ilhas era um dos pontos que tinha que ser regularizado, fosse pelo condomínio, fosse através da garantia bancária, para numa primeira fase se fazer a recolha de todo o lixo e na segunda fase ser efetuada a reposição dos equipamentos, daí ter mencionado a responsabilidade do condomínio na referida reunião de Câmara.-----

---**A SENHORA MARIA GORETTI**, defendeu que os proprietários não eram promotores e, como tal, não deviam assumir encargos relativos às infraestruturas.

---Referiu que tinha consigo uma fatura no valor de três mil e oitocentos euros referente a um pedido de vistoria e questionou se o valor deveria ser suportado pelos proprietários ou pela garantia da ABANCA, dada a inexistência do promotor.

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, respondeu que não conseguia dar uma resposta clara porque não tinha capacidade de avaliar essa questão, no entanto, caso este não existisse ou estivesse em incumprimento, caberia à Câmara acionar a garantia, não podendo recair sobre os proprietários.-----

---Referiu que o relatório de vistoria já estava concluído, contendo o mesmo as patologias identificadas pelos serviços da Câmara e, caso o promotor não as corrigisse dentro do prazo concedido, a Câmara teria de acionar a garantia e contratar os serviços necessários à sua resolução.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, manifestou concordância com a posição de que não fazia sentido imputar a despesa ao condomínio, uma vez que, em sua

Câmara Municipal de Óbidos		668
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

opinião, a entidade exploradora deveria assumir as responsabilidades do promotor.-----

---**A SENHORA MANUELA SANTOS**, explicou que esse tem sido o ponto debatido porque se a entidade já faliu em 2008, os serviços jurídicos da Câmara Municipal já tinham tido tempo suficiente para analisar a situação e entender quem seria o substituto para assumir as suas obrigações.-----

---A Câmara, ao emitir uma fatura de três mil e oitocentos euros para que a vistoria fosse feita com vista à receção definitiva, não devia fazê-lo em nome do condomínio porque estes não tinham de suportar os custos do promotor.-----

---Afirmou que os proprietários estavam atentos para garantir e exigir com firmeza o que lhes era pedido e para que responsabilidades concretas fossem assumidas onde houvesse omissão, negligência ou contradição.-----

---Acrescentou ainda que competia à Câmara, quando emitia uma fatura, ter os devidos cuidados por forma a não gerar problemas e que os proprietários iam recusar o pagamento de qualquer despesa do promotor que estivesse coberta por garantia bancária.-----

---**A SENHORA MARIA GORETTI**, questionou se a Câmara Municipal dispunha de um documento comprovativo da alegada dívida de água e se poderia facultá-lo, uma vez que, segundo as contas do condomínio, não existia qualquer débito pendente perante o Município.-----

---Aproveitou para agradecer os trabalhos realizados pela Câmara no âmbito da reparação de fugas de água e do pavimento dos passeios.-----

---Referiu ainda ter sido informada de que, relativamente às fugas de água, a responsabilidade era da Câmara Municipal, mas que, no que respeitava ao pavimento, caberia à Junta de Freguesia do Vau, tendo solicitado confirmação sobre essa informação.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, manifestou concordância com as observações feitas pela Senhora Manuela Santos e informou que, de acordo com a Chefe da Divisão de Urbanismo, o relatório técnico relativo à receção das infraestruturas estava concluído e assinado, aguardando apenas a sua distribuição formal.-----

---Relativamente ao documento da dívida de água, afirmou que iria averiguar a situação.-----

---Esclareceu que a responsabilidade pela reparação de ruturas dependia da dimensão da intervenção, ou seja, em casos de pequenas ruturas, a competência estava abrangida pelo protocolo entre a Câmara e a Junta de Freguesia do Vau, em situações que exigissem obras de maior envergadura, a responsabilidade caberia à Câmara Municipal. Confirmou que a manutenção do pavimento dos passeios se encontrava, de facto, delegada na Junta de Freguesia.-----

---**A SENHORA MARIA GORETTI**, referiu ainda ter tido conhecimento de que iria iniciar-se um novo projeto de surf e questionou se a Câmara tencionava proceder à requalificação da estrada entre o Bom Sucesso ao pinhal, que se encontrava em mau estado de conservação.-----

Câmara Municipal de Óbidos		669
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

--**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que o assunto estava em discussão interna, mas esclareceu que, no procedimento atualmente em curso, essa estrada não estava incluída, por se ter optado por intervir em zonas consideradas mais prioritárias e urgentes. Informou, contudo, que a inclusão dessa via, assim como a estrada entre a Amoreira e Vau poderia ser considerada numa futura empreitada.-
---No entanto, estavam restringidos pela falta de recursos humanos, o que tem causado atrasos nas intervenções. Acrescentou que era necessário elaborar um projeto de raiz para a reabilitação das condutas, redes de saneamento e distribuição de água, antes de proceder ao alcatroamento das vias.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

---208- **APROVAÇÃO DE ATAS**: Foi presente para aprovação a ata número 15/2025 da reunião ordinária de 11 de julho de 2025, desta Câmara Municipal, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.-----

---**Foi aprovada por unanimidade a ata número 15/2025, referente à reunião de Câmara do dia 11 de julho de 2025.**-----

---Nos termos do previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara Filipe Miguel Alves Correia Daniel e o Senhor Vereador Vítor Paulo Herculano Rodrigues, não participaram na aprovação da ata por não terem estado presentes na reunião a que a mesma respeita.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, partilhou que o Mercado Medieval tem registado um fluxo muito positivo, destacando a qualidade da animação e o tema do evento, considerando a edição como uma das mais elogiadas, tanto pelo público como pelos comerciantes, embora sem a perceção de excesso de afluência que se verificou em anos anteriores que por vezes tornava a experiência menos boa.-----

---Mencionou também a realização da Semana Internacional de Piano, destacando um concerto na Igreja do Senhor da Pedra e a qualidade do evento, apesar de, em alguns momentos, não se ter registado a adesão de público esperada, apesar do *feedback* positivo do evento que já contava com trinta edições.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, cumprimentou os presentes e lamentou que o público presente na reunião tivesse necessidade de vir com frequência discutir temas recorrentes. Questionou quem tinha requerido a receção das infraestruturas do Resort Bom Sucesso e se, quem o fez, tinha legitimidade para tal. Saliu que, perante as anomalias identificadas no auto de vistoria, o promotor devia ser formalmente notificado e questionou também se o assunto não deveria ser presente ao Órgão, considerando que a Câmara não tem sido célere, nem proativa na resolução do caso em questão, cuja resolução se arrastava há muitos anos.-----

Câmara Municipal de Óbidos		670
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---A propósito daquele assunto, mencionou a Urbanização de São José, atualmente abandonada, segundo sabia, sem garantia bancária associada, o que levantava preocupações legais e de responsabilidade da parte do Município, criticando a forma como se avançou com urbanizações sem garantias legais devidamente asseguradas. Referiu ter tomado conhecimento, através de uma publicação numa rede social de uma moradora quanto ao estado de degradação da referida urbanização e defendeu uma intervenção urgente.-----

---Por fim, mencionou que as mães de duas crianças contactaram a Câmara por e-mail com questões sobre férias e Atividades de Tempos Livres (ATL) e que apenas uma delas recebeu resposta, após insistência e pedidos de desculpa por parte da Câmara, alertando para a necessidade de responder a uma das mães, a qual ainda aguardava esclarecimentos.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, cumprimentou os presentes e defendeu que se deveria ter aproveitado o bom tempo para realizar intervenções nas estradas, nomeadamente nas que se situavam junto à Escola Josefa de Óbidos, por forma a garantir maior segurança junto a passadeiras para passagem de peões no regresso às aulas.-----

---Chamou a atenção para duas passadeiras que se encontravam na subida para dois estabelecimentos comerciais junto daquela escola e para a importância das requalificar.-----

---Relativamente à colocação dos wc's públicos na Praia de Vale de Janelas, referiu que poderia ter sido considerada a instalação de estrados, um deck de madeira em redor ou outra solução que melhorasse as condições de segurança e higiene.-----

---Elogiou a reabertura da Ponte do Pinhal, na sequência de uma intervenção da Infraestruturas de Portugal (IP), mas alertou para o excesso de velocidade naquela estrada, sugerindo a instalação de um sistema de controlo de velocidade.

---**O VEREADOR VÍTOR RODRIGUES**, alertou para o estado de degradação dos muros da serra abaixo da Senhora da Graça referindo que alguém terá tentado repará-los com cimento, mas sem sucesso, bem como o muro da serra de cima que também se encontrava degradado há alguns anos.-----

---Quanto à situação da travessia da estrada junto da Praça da Criatividade, sugeriu a necessidade de ajustes nas floreiras da Praça da Criatividade, propondo que algumas delas fossem “desalinhasadas” para permitir melhor acesso viário.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, agradeceu as intervenções e, relativamente ao Resort Bom Sucesso, reforçou que a Câmara não pretendia criar entropias, mas sim garantir que todo o processo estava devidamente fundamentado do ponto de vista legal. Não andavam a atrasar as situações e queriam fazer o que lhes competia, considerou que, apesar dos recursos humanos limitados, os serviços têm dado boa resposta e que existia uma equipa técnica competente, garantindo que o período de sessenta dias mencionado para resolver as anomalias identificadas no resort não seria afetado pelo calendário eleitoral.-----

Câmara Municipal de Óbidos		671
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---Quanto à Urbanização de São José, indicou que o Município via nela potencial para promover habitação a preço acessível, com a compra de alguns lotes com esse objetivo e referiu não ter visto a publicação na rede social, mas que iria partilhar a informação com os serviços técnicos para garantir a segurança de pessoas e bens no local.-----

---Sobre as Atividades de Tempos Livres (ATL), confirmou que uma das mães reencaminhou o seu e-mail passados vinte dias e que a resposta que tinha dado não foi encaminhada corretamente. Estava prevista uma reunião com a encarregada de educação, referindo ainda que tinha havido um alargamento da oferta para além do que estava previsto, mas que era necessário estabelecer critérios de admissão.-----

---**A VEREADORA MARGARIDA REIS**, esclareceu que a resposta foi dada atempadamente, quer pelos serviços, quer por ela própria.-----

---Reconheceu que existiam muitas inscrições e que, até ao momento, o único critério utilizado foi o da ordem de inscrição.-----

---Esclareceu que no momento da inscrição da educanda da encarregada de educação não havia vaga, ficando a mesma em lista de espera para entrar em caso de desistências.-----

---Viam-se confrontados diariamente com diversas situações para admissão de crianças, tinham de estabelecer critérios, mas o artigo terceiro do regulamento estava bem explícito no ponto um que se destinava a alunos da Escola Josefa de Óbidos e no seu ponto dois que podiam ser integrados alunos de fora. A aluna em causa para além de não estar contemplada no número limite para entrar, nem sequer pertencia à Escola Josefa de Óbidos, sendo essa informação enviada à encarregada, juntamente com o link do regulamento. Estranhava portanto que a questão tivesse sido despoletada quando a informação já tinha sido dada anteriormente.-----

---Assegurou que a Câmara respondia a todos os interessados, fosse presencialmente ou por e-mail e que todos os alunos do concelho de Óbidos que se inscreveram atempadamente foram aceites.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, apontou que existia uma troca de e-mail's e que, num deles, foi colocada uma nova questão à qual a encarregada de educação não obteve resposta, apesar de ter sido enviada com conhecimento de todos os elementos do Órgão e considerou que todas as respostas aos munícipes deviam sempre ser dadas também com conhecimento de todos, especialmente quando existia repetição de pedidos por falta de resposta.-----

---**A VEREADORA MARGARIDA REIS**, confirmou que a resposta foi dada, mas não foi partilhada com o Executivo.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, defendeu que os critérios de admissão deviam ser revistos futuramente.-----

---**A VEREADORA MARGARIDA REIS**, disse que os critérios teriam de ser muito bem estudados, colocando a hipótese de haver um compromisso formal ou

Câmara Municipal de Óbidos		672
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

pagamento prévio para evitar que os alunos faltassem injustificadamente, tirando lugar a outras crianças, com o objetivo de dar prioridade a filhos de pais que estivessem a trabalhar durante o período de férias escolares.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, sugeriu também a criação de um segundo critério onde constasse que, caso o aluno excedesse um certo número de faltas, no ano seguinte seria penalizado.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, retomando a questão das passadeiras para passagem de peões, informou que a Câmara tem insistido junto da empresa que tinha a prestação de serviços em contínuo, mas que se tratavam de subempreitadas, havendo muitos constrangimentos e atrasos.-----

---Quanto à colocação de sinalização e marcações horizontais, que eram fundamentais, mencionou que também têm enfrentado dificuldades, apesar da insistência.-----

---Sobre os wc's públicos, concordou com a sugestão do Senhor Vereador Paulo Gonçalves quanto à melhoria estética, mas referiu que a prioridade foi a funcionalidade da infraestrutura, já que o projeto ainda não estava concluído.-----

---Relativamente à questão da Ponte do Pinhal, referiu que era necessário estudar a situação no terreno, nomeadamente para avaliar os riscos associados às condutas existentes, informando de diversas situações para regularizar que obrigaram a diversos contactos com a empresa responsável.-----

---Em resposta ao Senhor Vereador Vítor Rodrigues, indicou ter recebido informação de que havia uma pessoa que, de forma recorrente, tem danificado um muro naquela zona. A situação já foi reportada ao posto da Guarda Nacional Republicana tendo sido também comunicados os horários em que o indivíduo costumava deslocar-se ao local.-----

---Relativamente às floreiras da Praça da Criatividade, reconheceu a situação, mas esclareceu que não seria criada uma passagem entre as mesmas, uma vez que não havia uma passadeira elevada para vencer o desnível do lancil e limitar a velocidade do tráfego, estando prevista a colocação de calçada na via, como medida de redução de velocidade, no âmbito do Projeto de Mobilidade Suave.-----

---Não se tendo verificado mais intervenções, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrado este período, tendo-se entrado de imediato no-----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

---209 - **TOMADA DE CONHECIMENTO DA 19.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PAM E PPI PARA 2025**: Foi presente a informação n.º 4663/2025, NIPG n.º 516/25, datada 10 de julho de 2025, subscrita pela Chefe da Divisão Financeira, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: 19.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2025-----

---A presente alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI em vigor para 2025, foi elaborada de acordo com a NCP26 do DL 192/2015, de 11/09 (SNC-AP) e com o ponto 8.3.1 do DL 54-A/99, de 22/02 (POCAL) que se mantém em vigor.-----

Câmara Municipal de Óbidos		673
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---O mapa resumo em anexo sintetiza as necessidades de reforço de dotações cujos cabimentos aguardam disponibilidade orçamental, bem como as previsões de pedidos de cabimento para despesa que se prevê realizar com brevidade, conforme informação que a DF dispõe à presente data.-----

---Assim, em cumprimento da alínea d) do n.1 do artigo 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma e de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2021 sobre delegação de competências, submete-se a 19.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2025 à aprovação do Senhor Presidente da Câmara...”-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, interveio e referiu que a informação apresentada seguia o mesmo modelo da reunião anterior, a qual já tinha sido alvo de críticas por, do ponto de vista da tomada de conhecimento, gerar mais dificuldades do que esclarecer as existentes.-----

---Apontou que, devido à avaliação por valores, tem sido difícil compreender a utilidade da informação apresentada, bem como a dimensão dos acréscimos ou diminuições nos montantes envolvidos. O objetivo dos serviços devia ser a produção de informações que servissem efetivamente o interesse público, razão pela qual defendeu a necessidade de reformular a apresentação do documento.---

---Deu como exemplo a “Aquisição de materiais promocionais para divulgação Turística e do evento Folio 2025” e “Fornecimento contínuo de produtos hortícolas no âmbito do regime de fruta escolar a implementar aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico – ano letivo 2025/2026” no valor total de vinte e seis mil trezentos e sessenta e sete euros e noventa e dois cêntimos, não permitindo perceber as quantias individuais de cada rubrica.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, referiu que a alteração foi produzida no dia 10 de julho e autorizada pelo Senhor Presidente da Câmara no dia 11 do mesmo mês e mencionou que na reunião anterior, questionou o Presidente em Exercício sobre o período de férias do Senhor Presidente da Câmara, considerando relevante que o Órgão tivesse conhecimento formal da sua ausência, tendo sido informada que o mesmo teve início a 5 de julho e terminaria a 14 de julho, o que implicaria que a autorização em causa teria sido assinada durante esse intervalo de tempo.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que esteve de férias até dia 13 de julho.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, voltou a questionar como foi possível que a autorização tivesse sido emitida nesse período, salientando que a data inscrita num documento com responsabilidades financeiras, tinha implicações legais e administrativas, sendo que situações semelhantes já haviam ocorrido anteriormente, até porque se tinha acabado de abster na aprovação da ata correspondente à reunião de Câmara do dia 11, precisamente por não ter estado presente.-----

Câmara Municipal de Óbidos		674
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, esclareceu que, de acordo com o seu mapa de férias, constava apenas uma semana de férias durante o mês de agosto, permitindo-lhe, assim, intervir nos assuntos correntes durante o mês de julho.-----

---Respondendo ainda à questão do Senhor Vereador Paulo Gonçalves explicou, a propósito do ponto com a classificação económica 020115, que o reforço de dois mil quatrocentos e quarenta euros se destinava à aquisição de fruta escolar para o próximo ano letivo, sendo o restante montante afeto à aquisição de material promocional para o Folio - Festival Literário Internacional de Óbidos.-----

---Comprometeu-se ainda a solicitar à Chefe da Divisão Financeira uma maior clareza e detalhe nas futuras alterações orçamentais.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, questionou ainda o objetivo da aquisição de um terreno em A-dos-Negros, incluída na 19.ª alteração orçamental.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que o terreno se destinava à implementação de um projeto de multisserviços, em articulação com a Junta de Freguesia. O Presidente da Junta comunicou-lhe a intenção de venda do terreno por noventa mil euros e considerando tratar-se de uma área contígua e com potencial para a criação de habitação, um estacionamento ou até uma eventual ampliação do Jardim de Infância, a Câmara solicitou uma avaliação técnica, que fixou o valor do terreno em oitenta e cinco mil euros. Tendo em vista a sua localização central e utilidade estratégica, foi decidido avançar com a aquisição.---

---**A Câmara tomou conhecimento da 19ª Alteração ao Orçamento da Despesa PAM e PPI para 2025.**-----

---210 - **TOMADA DE CONHECIMENTO DA 20.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA PAM E PPI PARA 2025**: Foi presente a informação n.º 4818/2025, NIPG n.º 13029/25, datada de 19 de julho de 2025, subscrita pela Chefe da Divisão Financeira, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: 20.ª Alteração ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2025-----

---A presente alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI em vigor para 2025, foi elaborada de acordo com a NCP26 do DL 192/2015, de 11/09 (SNC-AP) e com o ponto 8.3.1 do DL 54-A/99, de 22/02 (POCAL) que se mantém em vigor.-----

---O mapa resumo em anexo sintetiza as necessidades de reforço de dotações cujos cabimentos aguardam disponibilidade orçamental, bem como as previsões de pedidos de cabimento para despesa que se prevê realizar com brevidade, conforme informação que a DF dispõe à presente data.-----

Assim, em cumprimento da alínea d) do n.1 do artigo 33.º do Anexo 1 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o n.º 1 do artigo 34.º do mesmo diploma e de acordo com a deliberação da Câmara Municipal de 22 de outubro de 2021 sobre delegação de competências, submete-se a 20.ª alteração permutativa ao Orçamento da Despesa, PAM e PPI para 2025 à aprovação do Senhor Presidente da Câmara..."-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, interveio, referindo que, ao analisar as modificações orçamentais sucessivas, se constatava que os valores inscritos no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) eram os que têm sofrido mais alterações. ---Salientou que estavam a ser retiradas verbas de projetos estruturantes, como

Câmara Municipal de Óbidos		675
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

os relativos à eficiência energética nas piscinas, parques infantis, entre outros, que eram investimentos necessários e com impacto a longo prazo. A seu ver, essas alterações comprometiam a existência de verbas disponíveis em Plano Plurianual de Investimentos (PPI), do ponto de vista contabilístico.-----

---Lamentou que tal acontecesse, sublinhando, contudo, que se tratava da estratégia do atual Executivo, uma estratégia com a qual não se reviam e que, aliás, os distinguiu, expressando a esperança de que a população reconhecesse essa diferença.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, acrescentou que as Grandes Opções do Plano era o documento de plano e orçamento que era avaliado pela Assembleia Municipal, mas também pelos munícipes em geral e que representava um compromisso assumido pelo Executivo.-----

---Nesse sentido, o não respeito pelas Grandes Opções do Plano era também o não respeito pela missão principal do Executivo, ou seja, daquilo a que se propuseram não fizeram nada.-----

---Questionou a utilidade de elaborar orçamentos, envolver técnicos, planear estruturas e identificar as necessidades da população, quando, posteriormente, aquilo com que se comprometiam acabava por não ter qualquer efeito prático.-----

---Mais do que uma avaliação da capacidade de execução, ou não, era uma avaliação do compromisso público, em que de facto nem se conseguiam comprometer com a sua própria proposta e isso era dramático para as populações.-----

---Criticou a falta de persistência na resolução dos problemas, observando que se passava rapidamente de um problema para outro, sem que se garantisse a resolução efetiva de nenhum. Reiterou, nesse contexto, a existência da tal “máquina trituradora”, que, em sua opinião, cumpriu o seu papel.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que o Executivo em funções estava a cumprir o seu papel, precisavam era efetivamente de garantir as condições em termos de recursos humanos e que o alinhamento estratégico estava definido.-----

---Explicou que não tinha só a ver com a Câmara Municipal, mas também com os prestadores de serviços, havendo dificuldades em várias áreas, relatando especificamente problemas que têm havido com diversas áreas, nomeadamente com os projetos de habitação, com os balneários termais, a eficiência energética nas piscinas, jardins de infância, o Data Center ou ainda com o Quartel da Guarda Nacional Republicana.-----

---**A Câmara tomou conhecimento da 20.ª Alteração ao Orçamento da Despesa PAM e PPI para 2025.**-----

---211 - **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DO PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS DA ÓBIDOS CRIATIVA, E.M., PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO “ÓBIDOS VILLA DAS RAINHAS – EDIÇÃO 2025”:**

--- Aquando da apreciação e votação deste assunto, não esteve presente a Senhora Vereadora Ana Margarida Reis, por se encontrar impedida na qualidade

Câmara Municipal de Óbidos		676
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

de Vogal do Conselho de Administração (Não Executivo) da Óbidos Criativa, EM., nos termos da alínea a) do artigo 69.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.-----

---Foi presente a informação n.º 4839/2025, NIPG n.º 13118/25, datada de 21 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Gestão Organizacional e Património, cujo teor se transcreve:-----

---"ASSUNTO: *Requer isenção de taxas – Óbidos Criativa, E.M.*-----

---Evento - *Óbidos Villa das Rainhas- Edição 2025 - a decorrer de 1 a 31 de agosto de 2025*

---A alínea c) artº. 12º. do Regulamento n.º 374/2020, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º. 72, de 13 de abril de 2020, atualmente em vigor, estabelece que ficam isentos do pagamento das taxas municipais as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa, as pessoas coletivas de mera utilidade pública, as pessoas coletivas e as pessoas de direito privado com natureza ou participação municipal, que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos, culturais, religiosos, artísticos, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social, promoção da cidadania e defesa do património ou do ambiente, pelas atividades que se destinem, direta e imediatamente, à realização dos seus fins estatutários;-----

---A Óbidos Criativa conforme certidão anexa tem a natureza jurídica EPMIR (empresa pública municipal, intermunicipal e regional).-----

---Em face do exposto, verifica-se que o evento se enquadra no âmbito das actividades da entidade que solicita a isenção, pelo que se conclui que poderá ser isenta do pagamento de taxas.-----

---Conforme previsto no artº. 16º do Regulamento e nos termos em que é apresentado o processo, é devida a seguinte taxa (3.100 Euros):-----

---nº.5 artº. 48º. Licença Instalação e Funcionamento para Recinto Improvisado 3.100€----

---O pedido, conforme regulamento no artº. 16º. carece de decisão do órgão executivo, para o qual se remete para apreciação e eventual decisão..."-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, questionou se o acesso ao evento seria pago, considerando que, dessa forma, o acesso às muralhas ficaria condicionado durante o mês de agosto.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que o modelo do evento se mantinha idêntico ao do ano anterior.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, referiu que não tinham nada contra o evento, nem contra o facto de ser organizado pela Óbidos Criativa, pelo contratário, parecia-lhes uma mais-valia, mas manifestou que sua incompreensão quanto à necessidade de se cobrar o acesso, salientando que existiam pessoas que pretendiam apenas visitar o Castelo, não estando interessadas em participar no evento propriamente dito.-----

---Referiu ainda que recebeu queixas de munícipes nesse sentido, lembrando que o acesso ao Castelo tem estado condicionado desde o dia 10 de junho, devido à preparação do Medieval-----

---Reconheceu a necessidade de haver controlo e segurança, nomeadamente pela existência de bens de valor no recinto, mas reiterou a sua dúvida quanto à obrigatoriedade de cobrança de entrada.-----

Câmara Municipal de Óbidos		677
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---Acrescentou ainda que, embora o lucro financeiro fosse importante, era igualmente relevante a perceção pública e a imagem de Óbidos.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, agradeceu a intervenção do Senhor Vereador Paulo Gonçalves e referiu que a medida resultava da necessidade de garantir a sustentabilidade financeira da empresa municipal responsável pela organização do evento.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, questionou quais os valores da despesa do evento no ano anterior.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, esclareceu que, no ano anterior, o evento implicou uma despesa de cerca de cinquenta e dois mil euros e gerou um lucro de quarenta e três mil euros.-----

---Afirmou não compreender a referência do Senhor Vereador Paulo Gonçalves quanto ao alegado impedimento dos munícipes de aceder ao Castelo, sublinhando que os residentes nunca foram impedidos de o fazer e que continuavam a ter entrada gratuita nos eventos. Esclareceu ainda que a cobrança aplicava-se apenas aos visitantes não residentes.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, reafirmou que, na prática, o acesso estava condicionado.-----

---Durante a discussão e votação do ponto em apreço, o Vereador Vítor Rodrigues, ausentou-se do Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---**Colocado o assunto a votação, verificou-se o resultado de dois votos a favor, do Presidente da Câmara e Vereador José Pereira e dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Paulo Gonçalves e Ana Sousa.**-----

---**Atendendo à existência de uma situação de empate, nos termos do previsto no n.º 2 do artigo 89.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o Presidente da Câmara, declarou o seu voto de qualidade, pelo que a Câmara deliberou, por maioria com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, isentar a Óbidos Criativa, E.M., do pagamento das taxas municipais, que venham a ser emitidas, para realização do evento “Óbidos Villa das Rainhas - Edição 2025”, a ter lugar de 01 a 31 de agosto de 2025.**-----

---Após a votação, os Vereadores do Partido Socialista apresentaram a seguinte declaração de voto:-----

---” *A exemplo de reuniões anteriores, consta na ordem de trabalhos de hoje um pedido de isenção do pagamento de taxas por parte da Óbidos Criativa.*-----

---*O regulamento prevê tal isenção, e a empresa municipal dirige-se à autarquia para poupar um pagamento de 3.100 €.*-----

---*O nosso voto contra está baseado no evento em si e não no pedido de isenção.*-----

---*A Óbidos Criativa pretende aproveitar as estruturas edificadas na cerca do castelo, por ocasião do Mercado Medieval, que terminou a 27 de julho, para introduzir um “Evento de recriação histórica como pontos de venda, zonas de recriação histórica e música de cariz medieval”, conforme descrito no pedido.*-----

Câmara Municipal de Óbidos		678
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---Esse evento funcionará de 1 a 31 de agosto, das 10.00 às 19.00 horas.-----

---O que o pedido e os formulários não dizem é que o acesso ao evento é pago, não esclarecendo, ou melhor, omitindo esse pormenor e o respetivo valor. O pedido também não refere que a cerca do castelo se mantém interdita ao público e a qualquer cidadão que pretenda visitar o monumento nacional sem pretender aceder aos pontos de venda, zonas de recriação histórica e música de cariz medieval.-----

---Ou seja, os vereadores do PS discordam da autorização dada pela Câmara a um evento que mantém o castelo e a sua cerca fechada desde o dia 1 de junho (para montagens do Mercado Medieval) até ao dia 1 de setembro (talvez até chegue a meio de setembro para as desmontagens da Vila das Rainhas).-----

---Parece-nos um abuso da empresa municipal Óbidos Criativa e da Câmara Municipal que restringem o acesso aos obidenses e que oneram o mesmo acesso aos milhares de visitantes que simplesmente querem visitar uma das sete maravilhas de Portugal, sem visitas obrigatórias e sem pagamentos obrigatórios.-----

---Qualquer dia, com esta maioria, obrigarão ao pagamento à entrada na porta da Vila. Pouco menos que abuso de poder ou enriquecimento sem causa, porquanto não construíram o castelo nem a cerca, nem sequer os dotam de infraestruturas minimamente aceitáveis, como sejam os WC públicos, causadores de tanto comentário pejorativo por parte dos visitantes.-----

---Os vereadores do PS propuseram que o evento se mantivesse, que o pedido de isenção das taxas fosse aprovado, mas que fosse retirada a obrigatoriedade do pagamento unitário de 5 euros.-----

---O Presidente não aceitou, porque são verbas muito significativas para o orçamento da empresa municipal, justificou. Claro que são, a juntar à bilheteira dos eventos, de todos os eventos, do parque de estacionamento, todo o ano, das rendas dos imóveis da autarquia, todo o ano, do valor de terrado dos comerciantes presentes na cerca e fora dela, da rua da porta da vila e do parque dos táxis (agora expulsos), e de mais verbas do contrato programa, e mais, e mais e mais. É fundo o poço da Óbidos Criativa. Por mais dinheiro que se deite, as despesas são sempre maiores que as receitas. Para gastar sabe-se lá em quê e em quem.-----

---É tempo de parar esta voracidade financeira, que prejudica residentes, explora visitantes, sem razão nem sentido.-----

---A nossa oposição não é contra o evento, mas contra quem autorizou que o mesmo se fizesse em espaço público com obrigatoriedade do pagamento.-----

---A nossa declaração de voto não é mais que um lamento: que o Presidente de Câmara não leve mais a sério o seu juramento de defender o interesse de Óbidos e dos Obidenses. De todos, não só de alguns, escolhidos a dedo...”-----

212 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE RECRUTAMENTO PARA OCUPAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO PREVISTO E NÃO OCUPADOS – SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO MUNICIPAL E OBRAS PARTICULARES: Foram presentes os seguintes documentos, cujos teores se transcrevem:-----

---1. Informação n.º 4609/2025, NIPG n.º 12420/25, datada de 08 de julho de 2025, subscrita pela Chefe da Divisão de Governança, cujo teor se transcreve:-----

---”ASSUNTO: Proposta de recrutamento-----

Câmara Municipal de Óbidos		679
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---A competência para autorização de recrutamento de trabalhadores no Município cabe ao órgão executivo, conforme determina o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, por proposta do Presidente da Câmara.-----

---Em anexo proposta, que cumpre os formalismos legais, do Sr. Presidente à Câmara para análise e eventual autorização.-----

---A despesa encontra-se prevista no orçamento de 2025, cabimentada e requisitada, proposta de cabimento n.º 216/2025 e requisição n.º 209/2025...”-----

---2. Proposta do Senhor Presidente da Câmara, datada de 08 de julho de 2025:--

-----” PROPOSTA-----

---ASSUNTO: Recrutamento para ocupação de posto de trabalho previsto e não ocupado---

---I. Enquadramento-----

---O mapa de pessoal contempla os postos de trabalho necessários ao desenvolvimento da atividade municipal. A ocupação desses postos de trabalho é efetuada tendo em conta os recursos humanos afetos ao Município.-----

---Cumprindo com os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal e, especificamente, à afetação dos recursos humanos disponíveis, foram identificados postos de trabalho com necessidade de recrutamento:-----

--- No serviço de Fiscalização Municipal e Obras Particulares-----

---II. Identificação das necessidades de recrutamento-----

---Após análise dos recursos humanos afetos ao Mapa de Pessoal do Município não se verificam excedentes no próprio Município, pelo que foi identificada a necessidade de ocupação do seguinte posto de trabalho:-----

--- - Um Técnico Superior, afeto ao serviço de Fiscalização Municipal e Obras Particulares, conforme descritivo de funções n.º 7 (Mapa de Pessoal 2025):-----

---“Funções de investigação, estudo, conceção e adaptação de métodos e processos científico-técnicos, de âmbito geral ou especializado, executadas com autonomia e responsabilidade, tendo em vista informar a decisão superior, requerendo uma especialização e formação básica de nível de licenciatura.-----

---Elaboração de pareceres, projetos e atividades conducentes à definição e concretização das políticas do município na área da fiscalização, nomeadamente, gestão dos processos de fiscalização de obras particulares; realização de ações de fiscalização de obras e de vistorias e elaboração dos respetivos autos.”-----

---III. Procedimentos Prévios ao Recrutamento-----

---Sendo insuficiente o número de trabalhadores para o desenvolvimento das atividades programadas, o Município tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal e, especificamente, à afetação dos recursos humanos disponíveis, deve promover o recrutamento de recursos humanos necessários à ocupação dos postos de trabalho:-----

---1. Iniciando pela gestão dos seus recursos, ou seja, verificando se existem trabalhadores afetos a outros serviços que possam ser dispensados.-----

---2. A inexistência de recursos permite ao Presidente da Câmara propor o recrutamento à Câmara, uma vez, que nos termos do artigo 4º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro a competência para autorização do recrutamento é da Câmara.-----

---2.1 No entanto, previamente à abertura do procedimento concursal de recrutamento de trabalhador deve proceder-se à consulta na Bolsa de Emprego Público para saber se existe algum trabalhador afeto a outra entidade (com vínculo à Função Pública) que demonstre

Câmara Municipal de Óbidos		680
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

disponibilidade para vir desempenhar as suas funções em Óbidos e que tenha autorização da sua entidade de origem.-----

---2.2 Caso não exista, ou existindo, seja em número inferior ao necessário, deverá o Município executar procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, nos termos dos artigos 2.º e 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio.-----

---Para o efeito a entidade a consultar é a EGRA, Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias, constituída no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Oeste, conforme o artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

---2.3 Se o posto se mantiver vago deverá verificar-se a possibilidade de recurso à reserva de recrutamento interna, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.-----

---O recurso a abertura de procedimento concursal apenas será utilizado, se em resultado da aplicação das fases anteriormente enunciadas o posto de trabalho se mantenha vago.

---Qualquer destas fases deve ser comprovada e fazer parte do processo de recrutamento.-----

---IV. Recrutamento-----

---O recrutamento opera-se com recurso à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, exceto quando as atividades a desenvolver forem de natureza temporária, devendo nesse caso, o recrutamento ser efetuado com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado (n.ºs 1 e 2 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 30 de junho).-----

---Em regra, quando o recrutamento se destina à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado, o procedimento concursal será sempre interno e limitado a quem já detenha uma relação de emprego também por tempo indeterminado, esteja ou não integrado na carreira a que se destina o recrutamento (n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 30 de junho).-----

---Se não se verificar o preenchimento de todos os postos de trabalho necessários, então, excecionalmente, poderá ser autorizado pelo órgão executivo o recrutamento de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, ou seja, só nestas condições o procedimento será externo.-----

---V. Conclusão-----

---Assim, tendo em conta que,-----

--- • No mapa de pessoal de 2025 foi contemplado o posto de trabalho considerado necessário, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado tendo em conta as atividades e o serviço necessário a prestar;-----

--- • A necessidade de ocupação do posto de trabalho para que não se verifique diminuição ou impossibilidade de prestação de serviço público;-----

--- • A despesa encontra-se prevista no orçamento de 2025 (proposta de cabimento n.º 216/2025 e requisição n.º 209/2025);-----

--- • Não foram identificados, no Município, excedentes de recursos humanos a afetar a outros serviços;-----

--- • Cumprimento dos deveres de informação;-----

Câmara Municipal de Óbidos		681
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

--- • A inexistência de excedentes de recursos humanos permite ao Presidente da Câmara propor o recrutamento à Câmara, uma vez que, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro a competência para autorização do recrutamento é do órgão executivo;-----

--- • Por regra e atentos aos princípios de boa gestão pública, o recrutamento deve ser iniciado pelo universo de trabalhadores com vínculo de emprego público por tempo indeterminado;-----

--- • A possibilidade de admitir de forma condicionada candidatos com vínculo de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida para, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a trabalhadores com relação jurídica previamente estabelecida, se recorrer a estes sem ser necessário abrir novo procedimento por uma questão de racionalização e eficiência de tempo e despesa que deve presidir à atividade municipal, através da competente autorização do órgão executivo.-----

---Propõe-se,-----
 ---Dada a urgência do recrutamento e os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à atividade municipal:-----

---1. Nos termos do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio, autorização para recrutamento para ocupação do seguinte posto de trabalho na modalidade de vínculo de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado:-----

--- - Um Técnico Superior, afeto ao serviço de Fiscalização Municipal e Obras Particulares, conforme descritivo de funções n.º 7 (Mapa de Pessoal 2025);-----

---A abertura dos procedimentos concursais fica condicionada à verificação prévia do seguinte:-----

--- - Da consulta à BEP não exista candidato ou existindo não preencha o posto de trabalho;-----

--- - Da consulta à EGRA, Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias, esta informar que não existem trabalhadores em situação de requalificação, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atualizada;-----

--- - Impossibilidade de recurso a reserva de recrutamento interna constituída no próprio Município, nos termos do n.º 5 e 6 do artigo 25.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.-----

---2. Admitir de forma condicionada candidatos com vínculo de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida para, no caso de impossibilidade de ocupação do posto de trabalho por recurso a trabalhadores com vínculo previamente estabelecido, se recorrer a estes sem ser necessário abrir novo procedimento...”-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, referiu que a informação apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara não se encontrava assinada. Ao analisar o título do documento, disse ter ficado com a perceção de que o Município iria contar com mais um fiscal municipal, o que, na prática, não correspondia à realidade.-----

Câmara Municipal de Óbidos		682
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---Esclareceu que, na verdade, será apenas integrado mais um técnico superior na área da fiscalização, achando que a habilitação seria engenharia civil, o que considerava insuficiente face às necessidades da Autarquia.-----

---Face à dificuldade de recrutamento nestas áreas, considerou que teria sido pertinente proceder a uma alteração ao mapa de pessoal, no sentido de permitir habilitações mais abrangentes, facilitando o processo de contratação.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, respondeu que a questão não estava relacionada com a ausência de estratégia, mas sim com a inexistência de uma polícia intermunicipal que permitisse garantir uma fiscalização mais eficaz.-----

---Acrescentou que, naquele momento, estavam em curso discussões no seio da Comunidade Intermunicipal do Oeste sobre a criação dessa força e que, por esse motivo, entendia ser inoportuno realizar alterações ao mapa de pessoal em fase de final do mandato.-----

---**A VEREADORA ANA SOUSA**, contrapôs, afirmando que um técnico superior não estaria no terreno a realizar ações de fiscalização, uma vez que não exercia funções de fiscal.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, concluiu que, apesar disso, o técnico superior possuía um conjunto de habilitações e competências que não eram exigidas a um assistente técnico.-----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o recrutamento para ocupação de postos de trabalho na modalidade de vínculo de emprego público por contrato de trabalho por tempo indeterminado, para um Técnico Superior, afeto ao serviço de Fiscalização Municipal e Obras Particulares, de acordo com a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 08 de julho de 2025.**-----

213 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA MINUTA DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PARCERIA COM A ABA BANDA DE ALCOBAÇA - ASSOCIAÇÃO DE ARTES, NO ÂMBITO DA REALIZAÇÃO DO «FESTIVAL DE ÓPERA DE ÓBIDOS»**-----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o ponto em apreço da ordem do dia da reunião, para melhor instrução e fundamentação.**-----

---214 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO À SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE ÓBIDOS NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS DE ÂMBITO SOCIAL E COMUNITÁRIO E APROVAÇÃO DA RESPECTIVA MINUTA CONTRATUAL – AQUISIÇÃO DE VIATURAS**: Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi presente e a seguinte informação n.º 4829/2025, NIPG n.º 13076/25, datada de 21 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Coesão Social:-----

---” *ASSUNTO: Candidatura ao Regulamento de Atribuição de Apoios Municipais de Âmbito Social e Comunitário - Santa Casa da Misericórdia*-----

---*Exmo. Senhor Presidente,*-----

---*No âmbito do Regulamento de Atribuição de Apoios Municipais de Âmbito Social e Comunitário, publicado a 27 de de junho de 2018 (regulamento n.º 391/2018), em*

Câmara Municipal de Óbidos		683
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

harmonia com o disposto no numero 1 do artigo 9 do referido regulamento, apresentamos, de seguida, a análise e apreciação da candidatura da instituição Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, adiante designada SCMO à medida 4 – apoio a aquisição de viaturas - do regulamento supracitado.-----

---A SCMO é uma associação com personalidade jurídica canónica e civil, tem estatuto de IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) e é considerada uma entidade da economia social.-----

---Foi fundada em 1498 pela Rainha D. Leonor, e presta assistência aos mais carenciados há mais de cinco séculos.-----

---Com sede na Calçada da Misericórdia, N Q 6, 2510-122, no concelho de Óbidos, distrito de Leiria, com estatutos aprovados e registados na Direção Geral de Ação social, sob o registo n e 3/2000 de fl. 99 v. g a fl 100 do livro n e 2 das irmandades da Misericórdia, é reconhecida como pessoa coletiva de utilidade pública em Diário da República, III Série N Q 182 de 8 de agosto de 2000.-----

---Desenvolve as seguintes valências:-----

--- - ERPI – em funcionamento desde 1977, apoia diariamente 53 idosos; (destacamos o projeto de atividade física semanal com um profissional de Educação Física Projecto Life&Exercise)-----

--- - SAD – a funcionar desde 2003, presta apoio a 35 utentes;-----

--- - Creche - a funcionar desde 2010, presta apoio a 42 crianças com idades compreendidas entre os 3 meses e os 3 anos; (com o objetivo de reforçar a proximidade entre os residentes da ERPI/utentes SAD e crianças da Creche, dinamizam atividades inseridas no projeto "Os avós e eu")-----

---Projetos/parcerias que desenvolve:-----

--- - Colaboração com o Banco Alimentar do Oeste (BAO), na recolha, mas também na distribuição de alimentos às famílias mais carenciadas da área geográfica da instituição, assim como de bens não alimentares que, pontualmente, recolhem na Associação Entreeajuda (parceira do Banco Alimentar);-----

--- - Parceria com o Instituto de Segurança Social de Leiria, a SCMO é o polo mediador dos bens alimentares que são entregues aos beneficiários do antigo Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (POAPMC) em todo o concelho de Óbidos. A Santa Casa da Misericórdia de Caldas da Rainha é também parceira enquanto polo recetor e dinamizador na região de Óbidos e Caldas da Rainha, sendo a SCMO distribuidora dos bens a 35 famílias ao abrigo do agora, Programa "Pessoas 2030" (novo sucessor do POAPMC).-----

---No cumprimento da sua missão de apoio social e de prestação de serviços à comunidade, a SCMO necessita dotar-se de meios adequados para assegurar uma melhor prestação de serviços no âmbito das suas diversas valências.-----

---A SCMO candidatou-se ao PRR – medida mobilidade verde – medida “investimento REC03-101- nova geração de equipamentos e respostas sociais”, para aquisição de uma viatura elétrica ligeira de mercadorias (com motorização 100% elétrica), destinada a utilização pelo serviço de apoio ao domicílio (SAD), para substituir uma viatura com mais de 13 anos de serviço.-----

---Esta candidatura promove também uma viragem da instituição no sentido da utilização de energias mais sustentáveis, fruto da preocupação e sensibilização para a utilização de energias renováveis, a par com uma prestação de serviços domiciliários de qualidade na qual a instituição sempre apostou.-----

Câmara Municipal de Óbidos		684
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---A aquisição duma viatura elétrica justifica-se pelos seguintes motivos:-----

--- - *Sustentabilidade ambiental – a aquisição da viatura está alinhada com as boas práticas ambientais, reduzindo a pegada ecológica da instituição e contribuindo para a descarbonização da economia, em consonância com os objetivos da União Europeia e das políticas nacionais de mobilidade sustentável;*-----

--- - *Redução de custos operacionais – a viatura elétrica apresenta custos de operação e manutenção inferiores ao dos veículos a combustão interna, e permite uma gestão mais eficiente dos recursos da SCMO;*-----

--- - *Eficiência na prestação dos serviços – a viatura permitirá melhorar a qualidade e a celeridade na prestação de serviços, garantido maior conforto e segurança aos utentes, nomeadamente no transporte de idosos e pessoas com mobilidade reduzida;*-----

--- - *Apoio institucional e parcerias – a aquisição de veículos elétricos está frequentemente abrangida por programas de incentivo e financiamento por parte do Estado e da União Europeia, permitindo um investimento mais eficiente por parte da instituição;*-----

---Esta candidatura ao PRR foi aprovada com o montante de 25.000,00 € (vinte e cinco mil euros).-----

---Sendo o regime de IVA da associação, o da afectação real, não podem deduzir o IVA referente a esta aquisição, o que representa um encargo financeiro elevado para a mesma.-----

---E neste pressuposto que apresentam candidatura à medida 4 do regulamento já citado: apoio para aquisição da viatura em causa.-----

---Da análise efetuada cumpre-nos informar o seguinte-----

---a) A instrução da candidatura respeita os requisitos previstos nos artigos 5º e 6º do regulamento estando, portanto, garantida a sua aceitação e análise;-----

---b) A candidatura cumpre o estipulado na medida 4 – alínea a) do artigo 4, apresentam 2 orçamentos (foram efetuados 3 convites de acordo com o código dos contratos públicos e em resposta aos convites, foram apresentadas 2 propostas) e memória descritiva que justifica a necessidade.-----

---Orçamentos apresentados:-----

	ORÇAMENTO 1 SACEL_ citroen berlingo	ORÇAMENTO 2 LPM_opel combo
VIATURA ELÉTRICA	29.731,97 €	29.597,51 €
IVA 23%	6.838,35 €	6.807,43 €
	36.570,32 €	36.409,94 €

---De acordo com o regulamento, “o município comparticipa até 40% do orçamento selecionado, até ao montante máximo de 12.500,00€ (doze mil e quinhentos euros) por candidatura” (conforme valor aprovado na RC de 24 de janeiro do corrente ano).-----

---O orçamento selecionado foi o orçamento 1 – por ser o único que cumpre todas as cláusulas do caderno de encargos – tendo em conta o apoio do PRR (25.000,00€), o remanescente que a cabe à SCMO é de 11.570,32€.-----

---Face ao exposto, propõe-se como apoio o montante de 11.570,32€ (onze mil, quinhentos e setenta e trinta e dois cêntimos).-----

---À consideração superior...”-----

---Na informação supra transcrita foi exarado parecer de concordância da Chefe da Subdivisão de Coesão Social em 21 de julho de 2025. Para além dos anexos relativos à candidatura em apreço, foi igualmente apresentado o respetivo

Câmara Municipal de Óbidos		685
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

cabimento orçamental, cujo conteúdo se considera integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, ficando arquivado em pasta própria no serviço competente.-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro à Santa Casa da Misericórdia de Óbidos, no valor de 11.570,32€ (onze mil, quinhentos e setenta euros e trinta e dois cêntimos), nos termos da medida de apoio financeiro: 4 - Medida de apoio à aquisição de viaturas, do Regulamento de Atribuição de Apoios Municipais de Âmbito Social e Comunitário. Mais deliberou aprovar a respetiva minuta de protocolo a celebrar com a entidade.-----

---215 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO O SOCORRO GAEIRENSE NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS MUNICIPAIS DE ÂMBITO SOCIAL E COMUNITÁRIO E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL – AQUISIÇÃO DE VIATURAS-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o ponto em apreço da ordem do dia da reunião, para melhor instrução e fundamentação.-----

---216 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO OESTE ENCANTADO CYCLING TEAM NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM ESTAR E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL - PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES: Relativamente

ao assunto mencionado em epígrafe, foi presente a informação n.º 4726/2025, NIPG n.º 12778/25, datada de 15 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Desporto Saúde e Bem-Estar, com o seguinte teor:-----

---"ASSUNTO: Participação em competição - Associação Oeste Encantado Cycling Team-----

**-----Atribuição de apoios municipais no âmbito da promoção do desporto, saúde-----
-----e bem-estar-----**

-----Participação em competições (não consideradas no calendário regular)-----

-----artigo 17.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da-----

-----Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar]-----

---Enquadramento legal-----

---1. Os Municípios dispõem de atribuições, nomeadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;-----

---2. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cfr. artigo 5.º daquele diploma legal), a faculdade de concessão de apoios financeiros por parte das autarquias locais, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe "apoios financeiros";-----

---3. Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do citado diploma legal, na sua atual redação, «os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei»;-----

Câmara Municipal de Óbidos		686
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---4. O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, veio estipular a disciplina referente aos apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos concedidos, nomeadamente, pelas autarquias locais;-----

---5. O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar (Regulamento n.º 1480/2024), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2024.-----

---6. O antedito regulamento municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção da atividade física e do desporto, em sede de atividade desportiva regular; eventos, atividades, competições pontuais; participação em competições não regulares; utilização dos espaços desportivos municipais; aquisição de equipamentos que não sejam de desgaste rápido e individual, aquisição de viaturas e construção e ou requalificação de instalações desportivas e mérito desportivo.-----

---Caracterização da entidade requerente-----

---1. A Óbidos Cycling Team é, estatutariamente, uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede no concelho de Óbidos.-----

---2. A requerente é elegível nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar.-----

---Instrução do processo e análise da candidatura-----

---1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 09.06.2025, uma candidatura no âmbito da «Participação em competições (não consideradas no calendário regular)», referente à Participação da Óbidos Cycling Team na 49Th Gran Premio Sportivi di Poggiana – trofeo Bonin CO no dia 10 de Agosto de 2025 e na GP Capodarco Comunita Di Capodarco do dia 16 de Agosto de 2025.-----

---2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam).-----

---3. A entidade requerente apresentou, em sede de orçamento, um valor €7 000,00 (Sete mil euros).-----

---4. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que:

---a) a participação desta associação nesta prova, nas competições internacionais sub23 de ciclismo, 49Th Gran Premio Sportivi di Poggiana – Trofeo Bonin CO e GP Capodarco Comunita Di Capodarco reveste-se de particular importância pelo facto de ser uma das provas mais importantes do calendário UCI sub23 desta modalidade.-----

---b) Considerando outros apoios do Município à Óbidos Cycling Team, nomeadamente, à atividade regular, participação noutras provas, ou mesmo, mérito desportivo, considera a comissão justificado o apoio de 61% do valor orçamentado, percentagem mínima do intervalo previsto em regulamento para a participação de uma prova de nível alto (relatório em anexo);-----

---5. Na sequência do que antecede, foram efetuados os seguintes cálculos:-----

Valor total orçamentado:	€7 000,00
Comparticipação de 61% do valor total orçamentado:	$(61/100) \times 7\,000 = €4270,00$
Valor proposto de participação pelo Município ¹	€4270,00

Câmara Municipal de Óbidos		687
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---6. Após a participação na prova, deverá ser apresentado o relatório com os documentos comprovativos da despesa.-----

---Proposta de apoio-----

---Tem competência para decidir sobre o assunto, a Câmara Municipal, com base no disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, conjugado com os artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o artigo 9.º do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

--- - Atribuir um apoio para participação nas provas à entidade Óbidos Cycling Team, no montante de €4270,00 (quatro mil e duzentos e setenta euros);-----

---Anexa-se, ainda, a respetiva minuta do Contrato de Patrocínio Desportivo a celebrar com a entidade requerente (Cfr. minuta de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de patrocínio desportivo – Anexo VI ao Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar), relatório da comissão de avaliação, candidatura da entidade e convite para participação e documento de apresentação da prova.-----

---¹ O cálculo do Município incide sobre o valor orçamentado na sua globalidade...”-----

---Na informação supra transcrita foi exarado despacho de concordância da Vereadora do Pelouro em 22 de julho de 2025 e, além dos anexos mencionados, foi ainda presente o necessário cabimento, cujos teores aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, ficando os mesmos arquivados em pasta própria no respetivo serviço.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, declarou que não se opunha ao apoio a uma competição internacional, nem aos valores apresentados. Referiu o protocolo aprovado em minuta aquando da aprovação do regulamento, destacando a cláusula terceira, que estipulava que o apoio atribuído será pago numa prestação única.-----

---Como não havia menção ao momento temporal para o pagamento, sugeriu que na deliberação ficasse expressamente definido que a Câmara efetuará o pagamento apenas após a realização do evento, mediante a apresentação do relatório de despesas e respetivos documentos.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, manifestou concordância com a sugestão apresentada.-----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro à Associação Oeste Encantado Cycling Team, para participação da equipa de SUB23 nas provas internacionais de U23 “49Th Gran Premio Sportivi di Poggiana – Trofeo Bonin CO” e “GP Capodarco Comunità Di Capodarco”, em Itália, até ao montante de 61% das despesas previstas, com o limite até 4.270,00 € (quatro mil e duzentos e setenta euros), cujo pagamento será efetuado mediante apresentação de relatório e evidências que comprovem o seu custo efetivo, correspondente ao total das despesas. Mais deliberou aprovar a respetiva minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade.-**

Câmara Municipal de Óbidos		688
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---217 – APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO OESTE ENCANTADO CYCLING TEAM, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM ESTAR E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL – MÉRITO DESPORTIVO: Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi presente a informação n.º 4729/2025, NIPG n.º 12781/25, datada de 15 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Desporto Saúde e Bem-Estar, com o seguinte teor:-----

---"ASSUNTO: Mérito - Associação Oeste Encantado Cycling Team-----

-----Atribuição de apoios municipais no âmbito da promoção do desporto, saúde-----
-----e bem-estar-----

-----Mérito Desportivo-----

-----artigo 17.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da-----
-----Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar]-----

---Enquadramento legal-----

---1. Os Municípios dispõem de atribuições, nomeadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;-----

---2. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cfr. artigo 5.º daquele diploma legal), a faculdade de concessão de apoios financeiros por parte das autarquias locais, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe "apoios financeiros";-----

---3. Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do citado diploma legal, na sua atual redação, «os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei»;-----

---4. O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, veio estipular a disciplina referente aos apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos concedidos, nomeadamente, pelas autarquias locais;-----

---5. O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar (Regulamento n.º 1480/2024), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2024.-----

---6. O antedito regulamento municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção da atividade física e do desporto, em sede de atividade desportiva regular; eventos, atividades, competições pontuais; participação em competições não regulares; utilização dos espaços desportivos municipais; aquisição de equipamentos que não sejam de desgaste rápido e individual, aquisição de viaturas e construção e ou requalificação de instalações desportivas e mérito desportivo.-----

---Caracterização da entidade requente-----

Câmara Municipal de Óbidos		689
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---1. A Associação Oeste Encantado Cycling Team é, estatutariamente, uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede no concelho de Óbidos.-----

---2. A requerente é elegível nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar.-----

---Instrução do processo e análise da candidatura-----

---1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 03.04.2025, uma candidatura no âmbito de «Mérito Desportivo, pelo primeiro lugar de equipas de clube», referente à Participação da Associação Oeste Encantado Cycling Team na Taça de Portugal Elite e Sub23.-----

---2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam).-----

---3. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que:

---a) A participação desta associação na Taça de Portugal Elite e Sub23 de ciclismo, reveste-se de particular importância para a promoção desta modalidade para o concelho. Esta prova é organizada pela Federação Portuguesa de Ciclismo, de acordo com os regulamentos da UVP-FPC e da Taça Portugal Elite/Sub23. Nesta prova a Associação Oeste Encantado Cycling Team consegue um primeiro lugar por equipas de clube. Sendo esta modalidade individual, a comissão considera que este caso não se enquadra em nenhuma das situações específicas definidas no Anexo I – Critérios – do regulamento, mas sim nas situações excecionais de relevante mérito desportivo.-----

---A classificação por equipas é estabelecida pela soma dos três melhores tempos individuais de cada equipa. Nos casos de igualdade, as equipas são desempatadas pela soma dos lugares obtidos pelos seus três melhores tempos e na continuação de empate, é considerada a classificação individual do seu melhor corredor.-----

---4. A pontuação máxima para as situações excecionais nos desportos individuais, é de 3000 pontos.-----

---Para a comissão, é justificado considerar este resultado equivalente a um primeiro lugar, atribuindo ao mesmo a pontuação de 1500 pontos.-----

---Proposta de apoio-----

---Tem competência para decidir sobre o assunto, a Câmara Municipal, com base no disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, conjugado com os artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o artigo 9.º do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

--- - Atribuir um apoio de Mérito Desportivo à entidade Associação Oeste Encantado Cycling Team, no montante de €1500,00 (mil e quinhentos euros);-----

---Anexa-se, ainda, a respetiva minuta do Contrato de Patrocínio Desportivo a celebrar com a entidade requerente (Cfr. minuta de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de patrocínio desportivo – Anexo VI ao Regulamento de Atribuição de Apoios no

Câmara Municipal de Óbidos		690
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar) e o relatório da comissão de avaliação....”-----

---Na informação supra transcrita foi exarado despacho de concordância da Vereadora do Pelouro em 22 de julho de 2025 e, além dos anexos mencionados, foi ainda presente o necessário cabimento, cujos teores aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, ficando os mesmos arquivados em pasta própria no respetivo serviço.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, observou que o documento referente à candidatura não estava anexado. Apontou que a informação inicial e o relatório da comissão indicavam que o apoio era concedido com base no artigo décimo sétimo do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem-Estar, mas corrigiu que, na realidade, a fundamentação correta era o artigo décimo terceiro, sendo as formas de apoio previstas no artigo décimo quarto.-----

---Apesar da ausência do documento da candidatura e das incorreções mencionadas, considerava que existiam condições para aprovação, desde que o documento fosse posteriormente apresentado e os artigos corrigidos.-----

---Afirmou não ter dúvidas quanto à certificação oficial da conquista que motivou o apoio de mérito, pois foram apresentados documentos da federação que comprovavam a atribuição e o valor financeiro estava em conformidade com o regulamento.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, solicitou à Senhora Vereadora Margarida Reis desse indicação aos serviços para que enviassem os documentos em falta aos Senhores Vereadores e propôs a aprovação do ponto com a condição da apresentação posterior do documento de candidatura e da correção dos artigos.---

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro por Mérito Desportivo à Associação Oeste Encantado Cycling Team, no valor de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), relativo à época desportiva 2024/2025, referente ao primeiro lugar de Equipas de Clube, na sua participação na Taça de Portugal Elite e Sub23. Mais deliberou aprovar a respetiva minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade.-**

---**Esta deliberação fica condicionada à apresentação da candidatura, bem como da informação e do relatório da comissão de avaliação, com as devidas correções relativas aos artigos do regulamento aplicável.**-----

---**Mais deliberou aprovar a respetiva minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade.**-----

---218 – **APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO À ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE ÓBIDOS, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM ESTAR E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL – MÉRITO DESPORTIVO**: Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi presente a informação n.º 4725/2025, NIPG n.º 12776/25, datada

Câmara Municipal de Óbidos		691
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

de 15 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Desporto Saúde e Bem-Estar, com o seguinte teor:-----

---"ASSUNTO: Mérito Desportivo - Associação Desportiva de Óbidos-----

-----Atribuição de apoios municipais no âmbito da promoção do desporto, saúde-----
-----e bem-estar-----

-----Mérito Desportivo-----

-----artigo 17.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da-----
-----Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar]-----

---Enquadramento legal-----

---1. Os Municípios dispõem de atribuições, nomeadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;-----

---2. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cfr. artigo 5.º daquele diploma legal), a faculdade de concessão de apoios financeiros por parte das autarquias locais, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe "apoios financeiros";-----

---3. Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do citado diploma legal, na sua atual redação, «os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei»;-----

---4. O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, veio estipular a disciplina referente aos apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos concedidos, nomeadamente, pelas autarquias locais;-----

---5. O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar (Regulamento n.º 1480/2024), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2024.-----

---6. O antedito regulamento municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção da atividade física e do desporto, em sede de atividade desportiva regular; eventos, atividades, competições pontuais; participação em competições não regulares; utilização dos espaços desportivos municipais; aquisição de equipamentos que não sejam de desgaste rápido e individual, aquisição de viaturas e construção e ou requalificação de instalações desportivas e mérito desportivo.-----

---Caracterização da entidade requerente-----

---1. A Associação desportiva de Óbidos é, estatutariamente, uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede no concelho de Óbidos.-----

---2. A requerente é elegível nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar.-----

---Instrução do processo e análise da candidatura-----

Câmara Municipal de Óbidos		692
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 26.06.2025, uma candidatura no âmbito de «Mérito Desportivo, referente aos títulos de campeão distrital inferior em Infantis e campeão distrital / subida distrital inferior para distrital superior em juniores - Futsal.3.-----

---2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam).-----

---3. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que:

---a) as situação de possível mérito desportivo descritas na candidatura, têm enquadramento nos critérios definidos para os desportos coletivos;-----

---b) Para o primeiro lugar no nível distrital inferior, está definida a pontuação de 2000 pontos. À subida de distrital inferior para distrital superior, atribui-se uma pontuação de 3000 pontos.-----

---c) Considerando que a equipa de juniores foi campeã distrital, mas também subiu para um nível distrital superior, propõe-se a atribuição do valor mais elevado (3000 pontos – subida de divisão).-----

---Proposta de apoio-----

---Tem competência para decidir sobre o assunto, a Câmara Municipal, com base no disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, conjugado com os artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o artigo 9.º do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação

---Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

--- - Atribuir um apoio de Mérito Desportivo à entidade Associação Desportiva de Óbidos, no montante de €5000,00 (cinco mil euros);-----

---Anexa-se, ainda, a respetiva minuta do Contrato de Patrocínio Desportivo a celebrar com a entidade requerente (Cfr. minuta de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de patrocínio desportivo – Anexo VI ao Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar) e o relatório da comissão de avaliação....”-----

---Na informação supra transcrita foi exarado despacho de concordância da Vereadora do Pelouro em 22 de julho de 2025 e, além dos anexos mencionados, foi ainda presente o necessário cabimento, cujos teores aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, ficando os mesmos arquivados em pasta própria no respetivo serviço.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que a Associação Desportiva de Óbidos foi campeã distrital nas categorias de infantis e juniores, motivo pelo qual era proposta atribuição do prémio de mérito.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, apontou três questões: o apoio não devia enquadrar-se no artigo décimo sétimo, mas sim no artigo décimo terceiro, a candidatura não foi apresentada e faltava a certificação oficial das conquistas.-----

Câmara Municipal de Óbidos		693
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, solicitou novamente à Senhora Vereadora Margarida Reis que desse indicação aos serviços para que enviassem os documentos em falta aos Senhores Vereadores e propôs a aprovação do ponto com a condição da apresentação posterior do documento de candidatura e da correção dos artigos.-----

---**A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro por Mérito Desportivo à Associação Desportiva de Óbidos, no valor de 5.000,00 € (cinco mil euros), relativo à época desportiva 2024/2025, referente aos títulos de campeão distrital inferior em Infantis e campeão distrital/subida distrital inferior para distrital superior em juniores – Futsal.**-----

---**Esta deliberação fica condicionada à apresentação da candidatura e da certificação oficial da classificação obtida, bem como da informação e do relatório da comissão de avaliação, com as devidas correções relativas aos artigos do regulamento aplicável.**-----

---**Mais deliberou aprovar a respetiva minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade.**-----

---219 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO AO CLUBE DE TIRO DO OESTE, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO DO DESPORTO, SAÚDE E BEM ESTAR E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL – MÉRITO DESPORTIVO:**

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi presente a informação n.º 4278/2025, NIPG n.º 12780/25, datada de 15 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Desporto Saúde e Bem-Estar, com o seguinte teor:---

---"ASSUNTO: Mérito – Clube de Tiro do Oeste-----

-----Atribuição de apoios municipais no âmbito da promoção do desporto, saúde-----
-----e bem-estar-----

-----Mérito Desportivo-----

-----artigo 17.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da-----
-----Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar]-----

---Enquadramento legal-----

---1. Os Municípios dispõem de atribuições, nomeadamente nos domínios dos tempos livres, do desporto e da saúde, conforme referem as alíneas f) e g), n.º 2, artigo 23º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais;-----

---2. A Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, que aprovou a Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto, definiu as bases das políticas de desenvolvimento da atividade física e do desporto, estabelecendo, para além de um princípio de coordenação, de descentralização e de colaboração (cfr. artigo 5.º daquele diploma legal), a faculdade de concessão de apoios financeiros por parte das autarquias locais, nos termos do seu artigo 46.º, sob a epígrafe "apoios financeiros";-----

---3. Nos termos do n.º 3 do artigo 46.º do citado diploma legal, na sua atual redação, «os apoios ou participações financeiras concedidas pelo Estado, pelas Regiões Autónomas e pelas autarquias locais, na área do desporto, são tituladas por contratos-programa de desenvolvimento desportivo, nos termos da lei»;-----

Câmara Municipal de Óbidos		694
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---4. O Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que aprovou o Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, veio estipular a disciplina referente aos apoios financeiros, materiais e logísticos, bem como de patrocínios desportivos concedidos, nomeadamente, pelas autarquias locais;-----

---5. O Município de Óbidos dispõe de um Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar (Regulamento n.º 1480/2024), aprovado na sessão ordinária da Assembleia Municipal, em 9 de dezembro de 2024, sob proposta aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de 29 de novembro de 2024 e publicado no jornal oficial, Diário da República, 2.ª série, n.º 250, de 26 de dezembro de 2024.-----

---6. O antedito regulamento municipal define os procedimentos e critérios de atribuição de apoios municipais para promoção da atividade física e do desporto, em sede de atividade desportiva regular; eventos, atividades, competições pontuais; participação em competições não regulares; utilização dos espaços desportivos municipais; aquisição de equipamentos que não sejam de desgaste rápido e individual, aquisição de viaturas e construção e ou requalificação de instalações desportivas e mérito desportivo.-----

---Caracterização da entidade requerente-----

---1. O Clube de Tiro do Oeste é, estatutariamente, uma associação sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, com sede no concelho de Óbidos.-----

---2. A requerente é elegível nos termos do n.º 3 do artigo 2.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar.-----

---Instrução do processo e análise da candidatura-----

---1. A requerente apresentou, tempestivamente, no dia 02/05/2025, uma candidatura no âmbito de «Mérito Desportivo, referente aos títulos de campeão nacional na modalidade de carabina de produção a 50m e de vice campeão nacional na modalidade de pistola de produção a 25m, obtidos pelo atleta do Clube de Tiro do Oeste, Sérgio Eduardo Campos de Oliveira.-----

---2. A candidatura encontra-se devidamente instruída (Cfr. formulário de candidatura e documentos instrutórios que se anexam).-----

---3. No âmbito da análise desta candidatura pela comissão técnica, e com base na caracterização apresentada e nos critérios regulamentares estabelecidos, concluiu-se que:
a) As situação de possível mérito desportivo descritas na candidatura, têm enquadramento nos critérios definidos para os desportos individuais:-----

--- - 1º lugar nacional: 1500 a 2000 pontos;-----

--- - 2º lugar nacional: 1000 a 1500 pontos;-----

---b) Considerando outros apoios do Município ao Clube de Tiro do Oeste, nomeadamente, à atividade regular e atividades pontuais, bem como a especificidade de uma modalidade, sobre a qual não existe um conhecimento tão aprofundado, que permita classificar de forma inequívoca o mérito existente, a comissão de avaliação propõe, o apoio de 1500€ para o título de campeão nacional e de 1000€ para o de vice campeão (relatório em anexo).-----

---Proposta de apoio-----

---Tem competência para decidir sobre o assunto, a Câmara Municipal, com base no disposto da alínea f), do n.º 2, do artigo 23.º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais), bem como ao abrigo do n.º 3 do artigo 5.º do Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar, conjugado

Câmara Municipal de Óbidos		695
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

com os artigos 46.º e 47.º, da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto), no que se refere ao apoio financeiro ao associativismo desportivo e com o artigo 9.º do Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo previsto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, na sua atual redação Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal delibere:-----

--- - Atribuir um apoio de Mérito Desportivo à entidade Clube de de Tiro do Oeste, no montante de €2500,00 (dois mil e quinhentos euros);-----

---Anexa-se, ainda, a respetiva minuta do Contrato de Patrocínio Desportivo a celebrar com a entidade requerente (Cfr. minuta de atribuição de apoio financeiro no âmbito de contrato de patrocínio desportivo – Anexo VI ao Regulamento de Atribuição de Apoios no âmbito da Promoção do Desporto, Saúde e Bem Estar) e o relatório da comissão de avaliação....”-----

---Na informação supra transcrita foi exarado despacho de concordância da Vereadora do Pelouro em 22 de julho de 2025 e, além dos anexos mencionados, foi ainda presente o necessário cabimento, cujos teores aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, ficando os mesmos arquivados em pasta própria no respetivo serviço.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que se tratava de um prémio de mérito no valor de mil e quinhentos euros, acrescido de mais mil euros pela conquista da posição de campeão nacional, totalizando dois mil e quinhentos euros.-----

---**O VEREADOR PAULO GONÇALVES**, voltou a destacar os três problemas já mencionados nos pontos anteriores, que também se aplicavam àquele caso em concreto e felicitou o campeão nacional.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, voltou a solicitar a indicação aos serviços para que enviassem os documentos em falta aos Senhores Vereadores e propôs a aprovação do ponto com a condição da apresentação posterior do documento de candidatura e da correção dos artigos.-----

---***A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro por Mérito Desportivo ao Clube de Tiro do Oeste, no valor de 2.500,00 € (dois mil e quinhentos euros), relativo à época desportiva 2024/2025, referente aos títulos de campeão nacional na modalidade de carabina de produção a 50m e de vice-campeão nacional na modalidade de pistola de produção a 25m.---***

---***Esta deliberação fica condicionada à apresentação da candidatura e da certificação oficial da classificação obtida, bem como da informação e do relatório da comissão de avaliação, com as devidas correções relativas aos artigos do regulamento aplicável.---***

---***Mais deliberou aprovar a respetiva minuta de contrato-programa a celebrar com a entidade.---***

---220 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DE APOIO À SOCIEDADE FILARMÓNICA E RECREATIVA GAEIRENSE, NOS TERMOS DO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS NO ÂMBITO DA PROMOÇÃO**

Câmara Municipal de Óbidos		696
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

CULTURAL E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL – REABILITAÇÃO DE INSTALAÇÕES-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o ponto em apreço da ordem do dia da reunião, para melhor instrução e fundamentação.-----

---221 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR COM O CENTRO SOCIAL CULTURAL E RECREATIVO DA AMOREIRA E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL**-----

---A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o ponto em apreço da ordem do dia da reunião, para melhor instrução e fundamentação.-----

---222 – **APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE ENTENDIMENTO ENTRE O MUNICÍPIO DE ÓBIDOS E A ÁGUAS DO TEJO ATLÂNTICO, S.A. E APROVAÇÃO DA RESPETIVA MINUTA CONTRATUAL**: Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, foi presente e a seguinte informação n.º 4859/2025, NIPG n.º 12552/25, datada de 22 de julho de 2025, emitida pela Subdivisão de Sustentabilidade:-----

---" ASSUNTO: Projeto de utilização de água ApR com o Município de Óbidos Minuta Protocolo-----

---" ASSUNTO: Projeto de utilização de água ApR com o Município de Óbidos Minuta Protocolo-----

---Sendo a água um bem essencial e cada vez mais escasso torna-se necessário dar cumprimento ao disposto na Diretiva-Quadro da Água, com a promoção da reutilização de água, promovendo a sua utilização na rega agrícola a partir de águas residuais tratadas de origem urbana, ao abrigo da Diretiva 91/271/CEE do Conselho, de 21 de maio de 1991, transposta para o direito nacional pelo Decreto-Lei n.º 152/97, de 19 de junho, na sua redação atual.-----

---Foi proposto o presente protocolo Água+, pela Entidade em Alta – Águas do Tejo Atlântico, para a reutilização de águas residuais tratadas nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs) do Município de Óbidos, pelos serviços municipais.-----

---Junta-se parecer jurídico do documento proposto, que segundo o mesmo está em condições de ser validado e poderá ser assinado, caso concordem.-----

---Face ao exposto, remete-se para decisão superior o agendamento para Reunião de Câmara..."-----

---Na informação supra transcrita foi exarado parecer de concordância do Chefe da Divisão de Obras e Equipamentos Municipais em 22 de julho de 2025, tendo sido ainda presente para análise do Órgão a proposta de protocolo a celebrar com a entidade, bem como o necessário cabimento, cujos teores aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais, ficando os mesmos arquivados em pasta própria no respetivo serviço.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, informou que o objetivo do protocolo era valorizar e dar "uma segunda vida" às águas residuais tratadas, promovendo a sua reutilização em benefício do território.-----

---**O VEREADORA ANA SOUSA**, questionou como ia funcionar o protocolo na prática.-----

Câmara Municipal de Óbidos		697
Ata n.º 16/2025	Reunião de 25.07.2025	

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, explicou que o protocolo seria, numa primeira fase, dedicado à realização de estudos técnicos, ficando a operacionalização detalhada a cargo da entidade envolvida.-----

---Esclareceu que a Águas do Tejo Atlântico, S.A. se disponibilizaram para realizar esses estudos técnicos com vista a possibilitar a reutilização das águas tratadas nas Estações de Tratamento de Águas Residuais do Casalinho, da Charneca e das Gaeiras, canalizando-as para locais previamente identificados pela Câmara Municipal.-----

---Referiu ainda que, durante a construção do empreendimento que vem dar à conduta do Casalinho, ficou já instalada uma conduta preparada para esse fim.----

---Mencionou, como exemplo, a proposta do Senhor Presidente da Câmara para criação de um parque verde na zona das Caxinas, que necessitará de água para rega. A empresa irá, nesse sentido, realizar um estudo técnico para avaliar a viabilidade e os meios necessários para garantir o abastecimento de água tratada ao local.-----

---**O PRESIDENTE DA CÂMARA**, acrescentou que as águas tratadas de classe dois podiam ser utilizadas em diversas situações, nomeadamente na agricultura, por rega gota a gota ou na rega de espaços verdes públicos.-----

---Esclareceu que a rega por aspersão estava interdita quando se tratava de culturas hortícolas, devido às restrições sanitárias.-----

---**O VEREADOR JOSÉ PEREIRA**, sublinhou que existia atualmente uma elevada produção de água tratada que era descarregada na Lagoa de Óbidos e que não estava a ser aproveitada devido à falta de infraestrutura, motivo pelo qual aquele protocolo representava uma oportunidade de reaproveitamento estratégico.-----

---***A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a celebração do Protocolo de Entendimento entre o Município de Óbidos e a Águas do Tejo Atlântico, S.A., no âmbito da promoção da reutilização de águas residuais tratadas, para fins de rega hidroagrícola e usos urbanos.***-----

--- **ENCERRAMENTO**: Pelas 13 horas e 24 minutos o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião, do que para constar se lavrou a presente ata, que por unanimidade foi aprovada em minuta no final da mesma, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, Ana Teresa Carriche Rodrigues Duarte, que a lavrei.-----